

## Sacoleiros podem pagar alíquota única de 42,25%

## Projeto retira mais de 10 milhões da economia informal

## Lei do Gás é aprovada após amplo acordo

## Centro-Oeste terá de volta agência extinta em 1990

A instituição do regime de tributação unificada nas importações feitas por sacoleiros e a criação da figura do microempreendedor individual – duas entre 13 propostas aprovadas ontem à noite pelo Plenário – foram apontadas pelos senadores como iniciativas destinadas a formalizar os negócios. O Senado acolheu também a Lei do Gás, depois de amplo debate com os diversos interessados no setor, e a recriação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), extinta na década passada. [4](#), [5](#) e [7](#)

Após muito debate, os senadores aprovaram 13 projetos e retiraram de pauta a criação de 2.400 cargos



Moreira Meitz

## Garibaldi defende compromisso contra pobreza e discriminação

Declaração foi feita em congresso de engenheiros. Para o presidente do Senado, profissionais da área podem contribuir para o bem-estar da população. [3](#)



Jone Araújo

Garibaldi fala a participantes do encontro, que teve a presença do presidente Lula

## CCJ acata restrição a recém-habilitado

Projeto acolhido pela comissão proíbe motorista com menos de um ano de habilitação de dirigir em rodovias. [7](#)

## Recuperação de bens pode ser facilitada

CCJ aprovou projeto que permite o seqüestro de bens adquiridos com recursos legais associados a ilegais. [7](#)

## Homenagem: a luta pela vida não morreu com Chico Mendes

Senadores, ministros e familiares do líder sindical e ambientalista participam de sessão solene para marcar os 20 anos da morte de Chico Mendes. [6](#)



Gerardo Magella

Helenira, filha de Chico Mendes, discursando na sessão solene do Congresso

Delcídio diz que o fato de muitos municípios enfrentarem problemas para cumprir novas regras, que exigem procedimento pela internet, pode prejudicar emendas de 2008

## Impasse sobre convênios pode atrasar o Orçamento

IMPASSE ENTRE GOVERNO e parlamentares em torno da nova sistemática para o credenciamento e a celebração de convênios para repasse de recursos federais pode provocar atrasos na votação do projeto do Orçamento de 2009.

Durante reunião na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o relator-geral, senador Delcídio Amaral (PT-MS), admitiu ser esse um dos problemas "que podem até empurrar a votação da proposta para o próximo ano".

A questão é que grande parte dos municípios ainda enfrenta problemas para celebrar os convênios totalmente por meio de um portal na internet, como exigem as novas regras. Como

conseqüência, os parlamentares estão tendo dificuldades para empenhar as emendas do Orçamento deste ano referentes aos municípios que ainda não se enquadraram aos novos padrões.

– O novo sistema é bom, mas, como pode prejudicar as emendas de 2008 e há compromisso com os prefeitos, há parlamentar ameaçando boicotar as votações – disse Delcídio.

Conforme o relator, é preciso decidir se as novas regras sobre convênios devem valer mesmo para este ano ou se serão adiadas para o ano que vem.

### Destaques

Na reunião, Delcídio reduziu as expectativas dos parlamen-

tares quanto à ampliação dos valores já aprovados para suas emendas pelos relatores das áreas setoriais.

Até então, foram acolhidos sete dos dez relatórios, quatro dos quais com decisão também sobre os destaques. Para acelerar as votações, o presidente da CMO propôs que os relatores rejeitassem esses destaques, quase sempre sobre pedidos de mais recursos. Com isso, a discussão sobre os pleitos está sendo transferida para a fase do relatório final do Orçamento, a ser apresentado por Delcídio. No entanto, ele ressaltou que "o cenário está mais para cortes do que para aumento de despesas".

## Relatório preserva recursos para Santa Catarina

O relatório da área temática de Planejamento e Desenvolvimento Urbano ao projeto do Orçamento de 2009, que teve seu texto básico aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamento, preservou de cortes todas as dotações previstas para Santa Catarina, estado que enfrenta graves enchentes. O senador César Borges (PR-BA), relator da área, também atendeu por inteiro os valores indicados pela bancada desse estado para suas emendas.

A proposta para o setor chegou ao Congresso com recursos globais de R\$ 20,2 bilhões, sendo R\$ 12,2 bilhões para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e R\$ 7,97 bilhões para o das Cidades. César Borges mobilizou R\$ 4,09 bilhões para



Guilherme Campos (E), Mendes Ribeiro, secretária da CMO, Cesar Borges e Serys

atender a 103 emendas coletivas e 1.219 emendas individuais.

Ontem pela manhã, a CMO aprovou ainda o texto básico dos relatórios setoriais de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo (área em que o orçamento programado pelo governo foi de R\$ 967,3 bilhões, e o relator, deputado Dilceu Sperafico, do PP-PR,

empregou R\$ 2,1 bilhões para 1.296 emendas) e de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte. Com orçamento inicial de R\$ 49,3 bilhões, esta área, relatada pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), registrou 2.156 emendas. O relator mobilizou R\$ 1,9 bilhão para atender aos pedidos, entre acréscimos e remanejamentos.

## Oito dos dez textos setoriais já foram apresentados

Ontem à tarde, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou à CMO o relatório da área de Integração Nacional e Meio Ambiente, ao qual foram apresentadas 512 emendas.

O texto destina ao Ministério da Integração Nacional, excluídos os Fundos Constitucionais de Financiamento, R\$ 4,2 bilhões, sendo a maior prioridade na programação do ministério as

obras de integração da bacia do rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional e a revitalização desses rios. Para o Ministério do Meio Ambiente estão previstos R\$ 3,7 bilhões.

Também ontem, a CMO concluiu a análise do relatório da área de Poderes de Estado e Representação, depois de votar os destaques, e retomou o exame do relatório de Fazenda, Desen-

volvimento e Turismo, apenas para aprovar os destaques.

Dos sete relatórios com texto-base aprovados até o momento, só falta o exame dos destaques aos relatórios de Educação, Ciência e Tecnologia; e de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. O relatório de Kátia Abreu deve ser votado hoje. Outros dois relatórios ainda precisam ser lidos, debatidos e aprovados.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Homenagens aos palestinos e aos engenheiros

Sessão solene do Congresso Nacional comemora, às 11h, o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Às 14h, a sessão é deliberativa. Na hora do expediente serão lembrados os 75 anos da criação do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea).



### Sessão durante todo o dia

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, preside às 11h a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino. Às 14h, no período do expediente, participa de homenagem aos engenheiros, pelos 75 anos do Confea. Às 16h, preside a sessão conjunta do Congresso Nacional e a ordem do dia.

### Desafios do pré-sal são debatidos em fórum

Às 9h, no Interlegis, o 4º Fórum Senado Debate Brasil tratará do tema "Nova Fronteira do Petróleo: os Desafios do Pré-Sal". Os participantes discutirão questões macroeconômicas do setor. Às 16h, no Salão Negro, transcorre o terceiro dia da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, com apresentação da peça de teatro *Deixa eu pintar o meu nariz*, com a Cia Língua de Trapo.

### Mais uma rodada de votações na CMO

Senadores e deputados da Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúnem-se às 17h para apresentação, discussão e votação de relatórios setoriais relativos à proposta orçamentária para 2009 (PL 38/08-CN), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009.

### Indicações para embaixadas na pauta da CRE

A indicação de Ruy de Lima Casaes para representar o Brasil na Organização dos Estados Americanos (OEA) deve ser examinada às 10h pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Também serão votados os nomes de Paulo César de Oliveira Campos para a embaixada na Espanha; de Frederico



Salomão Duque Estrada para o Turcomenistão e o Quirquístão; e de Edmundo Sussumu Fujita para a Coreia.

### Regulamentação de portos será discutida

A regulamentação dos portos é tema de audiência conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Serviços de Infraestrutura (CI) às 10h. O ministro Pedro Brito, da Secretaria de Portos, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Fernando Fialho, foram convidados

### Trabalho da pessoa com deficiência

A capacitação para o trabalho e a empregabilidade da pessoa com deficiência vão ser discutidas, às 10h, em audiência conjunta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente das Pessoas com Deficiência (esta, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos).

## Aprovada ampliação na área de atuação da Codevasf

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou projeto que inclui os vales dos rios Itapecuru e Mearim na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

O autor da proposta (PLC 148/08), deputado Carlos Brandão (PSDB-

MA), explicou que 131 municípios maranhenses com índice de desenvolvimento humano (IDH) inferior aos dos situados no semi-árido nordestino serão beneficiados. O relator do projeto na CI foi o senador Lobão Filho (PMDB-MA).

A CI também acolheu dois requerimentos de audiências, uma sobre

as obras da Usina de Jirau, no rio Madeira, e outra em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) para tratar da fusão das operadoras de telefonia Oi e Brasil Telecom. Ainda ontem, a CI iniciou a discussão sobre o PLC 18/00, que estabelece princípios e diretrizes para o Sistema Nacional de Viação.



Marconi Perillo e Eliseu Resende em reunião da Comissão de Infra-Estrutura, que acatou dois requerimentos de audiência



Leopoldo Silva

Bancada do partido se reuniu ontem, mas ainda não definiu os indicados

## PMDB decide que terá candidato à Presidência do Senado em 2009

A bancada do PMDB no Senado, composta por 20 senadores, decidiu ontem por unanimidade que terá candidato à Presidência da Casa para o biênio 2009/2010. Segundo o líder do partido, Valdir Raupp (PMDB-RO), ainda não foi definido quem será o candidato, "mas já é possível antever três ou quatro possibilidades".

Raupp não descartou conversas com o PT em torno do apoio a Tião Viana (PT-AC), que já está em campanha, mas observou que "o PMDB é a maior bancada no Senado e não poderia abrir mão de uma candidatura própria". Ele assinalou que a decisão é independente do acordo feito pela bancada do partido na Câmara dos Deputados.

– Michel Temer [SP] é o melhor candidato à Presidência da Câmara e é a nossa prioridade desde o início. Tanto é que retardamos essa decisão no Senado para podermos avançar na campanha do Michel. Está chegando o final do ano, vem o recesso de janeiro, e o PMDB não poderia deixar esse vácuo, sem a decisão de lançar a candidatura – disse.

O senador informou que a bancada já tem reunião mar-

cada para a próxima quarta-feira e deverá realizar reuniões semanais até a definição de um candidato de consenso. Na avaliação de Raupp, há tempo suficiente até o final de janeiro para a escolha do candidato. Ele acrescentou que o fato de Tião Viana já estar em campanha não é uma desvantagem estratégica para o PMDB.

### "Direito natural"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o PMDB tem "o direito natural" de presidir a Câmara dos Deputados e o Senado porque tem a maior bancada nas duas Casas e não tem motivos para abrir mão dessa prerrogativa. Ele afirmou que a reunião foi realizada porque o PT havia justificado a candidatura de Tião Viana dizendo que o PMDB havia aberto mão da candidatura própria.

O senador também lembrou que, há 30 anos, é normal que a decisão sobre candidatos seja tomada cerca de três dias antes da eleição. Simon afirmou ainda que não será candidato nem se o PMDB o escolher.

– Vamos fazer assim: a bancada não me indica e eu não aceito – concluiu.

## Garibaldi defende "remoção das barreiras de pobreza" na América

Na terceira edição do Congresso Mundial de Engenheiros, realizado pela primeira vez no Brasil, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, expressou seu desejo de que esses profissionais firmem compromissos "focados numa vida sustentável para todos e no propósito de remover as barreiras da pobreza e da discriminação que ainda sacrificam a América, principalmente a do Sul".

Garibaldi afirmou que a engenharia, a arquitetura e a agronomia são algumas das categorias profissionais mais influentes na melhoria do bem-estar dos cidadãos, pois propiciam desdobramentos positivos no desenvolvimento nacional e mundial. O presidente do Senado disse que só o acervo de realizações dessas profissões em infra-estrutura de estradas, entrepostos e energia já as credenciam para as homenagens de todos ali presentes.

– Estamos diante de uma crise mundial, uma crise financeira que abala os alicerces do capi-

talismo e nos deixa perplexos. Mas é numa crise como essa que devemos acender uma luz, que devemos procurar no fim do túnel para mostrar que países como os nossos haverão não apenas de enfrentar essa crise, mas de sair dela sobranceiros e proporcionando às nossas populações melhores condições de vida – afirmou.

Na mesma solenidade, o presidente da República, Lula, disse que o trauma financeiro mundial obriga os países a pensarem, de forma profunda, sobre a economia irreal.

Lula reafirmou seu propósito de, ao contrário de promover uma retração, continuar investindo, construindo e propiciando o aquecimento econômico. Disse que estão mantidos os investimentos de R\$ 504 bilhões previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que seu governo transformou o país "num canteiro de obras".

– Nenhuma obra será paralisada. Em momento de crise, o necessário é construir – frisou.

Desafios da exploração do petróleo são examinados no 4º Fórum Senado Debate Brasil

# Mercadante pede cautela em decisões sobre o pré-sal

O SENADOR ALOIZIO Mercadante (PT-SP) recomendou ontem que o Brasil desenvolva com bastante calma as etapas legais e operacionais da exploração de petróleo da camada pré-sal, para se beneficiar de forma duradoura da renda obtida nessa nova fronteira. Para tanto, será necessário, como observou, evitar os erros de países como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Indonésia, a Venezuela e o Equador.

Para começar, na opinião do senador, seria prudente discutir o novo marco regulatório do petróleo sem a urgência dos que acham que o trabalho na camada pré-sal está atrasado. Mercadante é o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, onde o

assunto está sendo estudado, e falou ontem no 4º Fórum Senado Debate Brasil, que discutirá até hoje os desafios da exploração do pré-sal. Mercadante informou que o governo deve finalizar em um mês sua proposta de marco regulatório.

### Advertência

Além de defender maior controle do Estado sobre as reservas ainda não cedidas aos consórcios, o senador pediu a utilização criteriosa da renda do petróleo em capitalização da Petrobras; investimentos em melhoria e aumento do parque de exploração e refino; investimentos em setores como educação; e poupança.

– O horizonte de exploração dessa área é de cerca de 35

anos. É necessário aproveitar os royalties para desenvolver outros setores, ao contrário do que fizeram países como a Venezuela e o Equador, que estão dependentes do petróleo de forma parasitária – alertou.

O erro dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Indonésia foi, segundo Mercadante, entregar a exploração ao setor privado, vindo a tornarem-se dependentes da importação do produto. O senador disse acreditar que a Noruega tem um modelo que deve inspirar o Brasil, com uma empresa estatal enxuta e bom aproveitamento dos royalties.

Mercadante advertiu para os riscos da entrada vultosa de moeda estrangeira, em função da abundância de petróleo que se espera.

## Garibaldi quer administração eficaz de reservas

Para enfrentar a crise financeira que hoje ameaça o mundo, o Brasil deve, entre outras medidas, administrar eficazmente as reservas da camada pré-sal, deixando assim para as gerações futuras um país muito melhor. A afirmação é do presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao abrir, na manhã de ontem, o 4º Fórum Senado Debate Brasil.

Ao concordar com o argumento bíblico apresentado, pouco antes, pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, de que a um período de vacas magras sucede sempre um de vacas gordas, Garibaldi reconheceu que o Brasil vive um período de escassez. Mas recomendou prudência e racionalidade na administração da crise.

Com uma programação que inclui debates e palestras de pesquisadores, consultores e outros especialistas no assunto, o 4º Fórum Senado Debate Brasil se dedica à exploração de

petróleo na camada pré-sal e à perspectiva de transformação dessa matéria-prima em fonte de riqueza nacional. Ali estão sendo analisados os múltiplos desafios dessa atividade, como o tecnológico, o financeiro, o macroeconômico e o ambiental, além da distribuição de compensação financeira pela exploração do produto.

O debate sobre a camada

pré-sal, sugerido por Renato Casagrande (PSB-ES), é uma realização dos seguintes órgãos e instituições: Secretaria Especial de Comunicação Social, Consultoria Legislativa, Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais, Programa Interlegis, Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Ministério de Minas e Energia, e Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.



Jane Araújo

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, discursando no fórum

## Experiência revela impactos negativos

A descoberta de petróleo na camada pré-sal deve ser motivo de comemoração e cautela: a experiência de países em desenvolvimento favorecidos com grandes jazidas revela impactos negativos nas economias locais a partir da injeção dos lucros gerados pela exploração petrolífera. O alerta foi feito por Nina Todorova Budina, economista do Banco Mundial, e por Roberto Rigobon, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, no fórum sobre o pré-sal.

Primeira a se apresentar, Nina Budina discutiu os problemas decorrentes de economias baseadas em recursos naturais, como o petróleo, nas quais a excessiva entrada de moeda estrangeira eleva os preços dos produtos nacionais, inviabilizando a exportação dos mesmos e incentivando as importações. O processo, que pode gerar a desindustrialização do país, é conhecido no meio econômico como "doença holandesa", em alusão a problema ocorrido na Holanda, quando a descoberta de grandes depósitos de gás natural naquele país afetou as exportações de outros produtos.

Assim como Budina, Rigobon apontou a necessidade de controle de gastos atrelados às receitas geradas pelo petróleo.

## Casagrande aponta desafio ambiental

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou ontem que a descoberta de petróleo na camada pré-sal, embora dê uma sobrevida maior do que se esperava a sua exploração no país, também coloca o Brasil diante de um desafio ambiental, uma vez que se trata de uma fonte de energia muito agressiva ao meio ambiente.

– O modelo que nós temos hoje fracassou social e ambientalmente. Nós temos que refletir sobre o modelo de desenvolvimento que nós queremos: sobre teor e perfil de consumo – disse Casagrande, que é o relator da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas.

Para Casagrande, o Brasil passa por uma fase de transição em que é eficiente tanto na produção de petróleo e de energia elétrica quanto na de biocombustível.

O parlamentar ressaltou que o debate ambiental também é essencialmente econômico, razão pela qual se deve investir ainda mais em novas fontes de energia economicamente mais viáveis. Essa preocupação, lembrou o senador, é de âmbito global.

– O petróleo será uma fonte de energia enquanto tiver viabilidade econômica e ambiental – alertou.



MÁRIO COUTO

**Ministro da Previdência "deve pedir demissão"**

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que o ministro da Previdência Social, José Pimentel, "não tem capacidade" para exercer o cargo e deveria pedir demissão. O senador protestou contra o que chamou de insensibilidade do governo em relação aos aposentados, especialmente quanto à disposição de impedir a aprovação de projetos que elevam os benefícios do INSS.

— Esse ministro da Previdência é muito fraco. Renuncie ao seu cargo, ministro. Vossa excelência não sabe nem o que veio dizer no Senado e ainda falta com a verdade — afirmou.

O senador lembrou as três vigílias realizadas na Casa com o objetivo de pressionar o governo a apoiar a aprovação, na Câmara, dos projetos em favor dos aposentados. A terceira vigília em Plenário varou a noite de terça-feira e terminou às 6h30 de ontem, informou Mário Couto.



ALVARO DIAS

**Governo tem recursos para pagar aposentado**

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo federal faz um cálculo incorreto para dizer que a Previdência Social é deficitária. O senador citou dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) segundo os quais a Previdência teve superávit de R\$ 60,9 bilhões ano passado, R\$ 50,8 bilhões em 2006 e R\$ 62,6 bilhões em 2005.

— O governo considera como receita única da Previdência Social a obtida com a folha de pagamento, desconsiderando as demais — disse. O senador acrescentou que o governo se utiliza das demais receitas para atender outros compromissos, o que, disse, configura desvio de finalidade.

Para Alvaro Dias, o governo não pode alegar falta de recursos, pois criou mais de 56 mil cargos este ano e concedeu reajuste aos servidores, num total de R\$ 20 bilhões.

Em sessão que terminou às 22h41 de ontem, senadores aprovaram em Plenário 13 projetos, entre eles o que facilita a importação de mercadorias procedentes do Paraguai e o que cria a figura do microempreendedor individual

**Projeto que beneficia sacoleiro é aprovado e retornará à Câmara**

O SENADO FEDERAL acolheu na noite de ontem, com alterações, o projeto que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. Já aprovado na Câmara, a matéria ficou conhecida como Projeto do Sacoleiro e permite a importação mediante pagamento unificado de impostos e contribuições federais incidentes na operação, com alíquota total de 42,25%. A adesão ao regime é opcional. A proposta voltará ao exame dos deputados.

A iniciativa (PLC 27/08) foi relatada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que acolheu parcialmente seis emendas, e integralmente uma. Na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), aceitou uma emenda.

A relatora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Serys Slhessarenko (PT-MT), ofereceu parecer favorável à matéria, rejeitando contudo todas as emendas. Porém, concordou em votar conforme os

relatórios de Suplicy e Jereissati, para respeitar acordo entre as lideranças partidárias. Ela fez questão de ressaltar, no entanto, sua posição contrária às mudanças. O relator na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Adelmir Santana (DEM-DF), também ofereceu parecer favorável, mas, como Serys, rejeitando as emendas.

As votações foram simbólicas, porém os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Jefferson Praia (PDT-AM) registraram votos contrários, por entenderem que o RTU pode vir a prejudicar o Pólo Industrial de Manaus. Para Virgílio, o projeto concede "tarifa privilegiada a importadores com sede no Paraguai, o que beneficiará produtos de países como China e Taiwan".

De autoria do Executivo, a matéria substituiu a Medida Provisória 380/07, chamada de MP dos Sacoleiros, que foi revogada pelo governo com objetivo de desobstruir a pauta para a votação da proposta que visava prorrogar a CPMF, no final do ano passado.

**Centro-Oeste ganha sua agência de desenvolvimento**

A RECRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990, foi aprovada ontem por unanimidade do Plenário. A nova superintendência terá por meta promover o planejamento e o desenvolvimento sustentável de toda a região, além de ser um instrumento para fortalecer os setores industrial, agrícola e de serviços. A proposta (PLC 119/06 – Complementar), que foi modificada, volta à Câmara dos Deputados.

Com sede em Brasília, a Sudeco – que servirá aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e ao Distrito Federal – também terá como objetivo, a exemplo das superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), reduzir os desequilíbrios regionais e sociais. Já existe dotação no Orçamento da União de 2009 para a entidade.

A Sudeco vai elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com vigência de quatro anos, e que será revisado anualmente, para definir objetivos e metas norteadores dos planos, programas e ações na região. O projeto cria ainda o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Atualmente, a região conta apenas com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que são utilizados para empréstimos aos produtores. Lúcia Vânia agradeceu o apoio dos parlamentares da região Centro-Oeste.

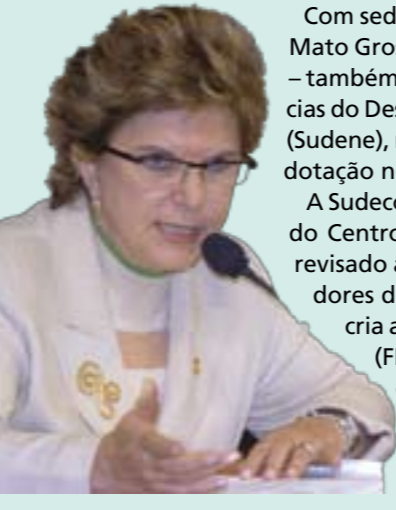


Foto de Márcio Lôbato

**Proposta pode retirar mais de 10 milhões do mercado informal**

MAIS DE DEZ milhões de brasileiros que vivem na informalidade, como ambulantes, costureiras, pipoqueiros, donos de bares, artesãos e manicures, podem se beneficiar por projeto aprovado ontem pelo Plenário. Trata-se do PLC 128/08 (Complementar), que institui a figura do microempreendedor individual (MEI). Como foi alterada, a proposta relatada pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF) retorna à Câmara.

O projeto considera microempreendedor individual (MEI) o empresário individual que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior, de até R\$ 36 mil e que seja optante do Simples Nacional. Esse empresário poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta auferida por mês.

Também estabelece que esses empreendedores devem fazer a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de ser-

viços, ficando dispensados da emissão do documento fiscal. Eles também terão direito à aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagando 11% sobre o valor do salário mínimo, o equivalente a R\$ 45,65 por mês, e poderão ter um único empregado que receba um salário mínimo (R\$ 415).

**Inclusão**

No início da discussão da proposta, Adelmir Santana destacou o apoio recebido pelo projeto de todas as lideranças partidárias e a participação da Receita Federal.

José Agripino (DEM-RN) disse que a proposta talvez represente o maior projeto de inclusão sustentável do país.

Para Ideli Salvatti (PT-SC), o projeto representa o complemento de uma futura reforma tributária a ser adotada pelo país.

— Ganham o micro e o pequeno empresário, que agora vai ser reconhecido, a Previdência, a redução da carga tributária e a inclusão social — afirmou.



RAIMUNDO COLOMBO

**Agradecimento por solidariedade a SC**

Raimundo Colombo (DEM-SC) agradeceu em discurso a solidariedade da população brasileira diante das enchentes que causaram mais de uma centena de mortes em seu estado.

— Não há como esconder o sentimento ou ficar insensível a gestos extraordinários como o de pessoas que viajam quilômetros para se apresentarem como voluntárias, para carregar sacos de alimentos nas costas.

O senador por Santa Catarina afirmou ter percorrido as regiões mais atingidas e destacou o "esforço extraordinário" dos militares. "Eles chegam aos lugares mais difíceis, demonstrando que seu espírito de missão está acima de tudo", salientou.

Raimundo Colombo lembrou que há muitos corpos ainda soterrados, citando a localidade de Morro do Baú, onde mais de 30 pessoas estão desaparecidas.

**Ação de Mercadante leva Jucá a retirar projeto**

Uma situação inusitada ocorreu ontem na votação do PLC 130/08 em Plenário: uma intervenção do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), levou o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a retirar a urgência constitucional do projeto, suspendendo sua votação. O texto foi retirado de votação depois de os partidos de oposição terem encaminhado a matéria favoravelmente ou liberado a bancada para votar como quisesse.

O PLC institui a carreira de analista de desenvolvimento de políticas sociais, para a qual são destinados 2,4 mil cargos efetivos; cria 200 cargos de analista técnico e 50 cargos de agente executivo na Susep; e transforma 50 cargos vagos de técnico em regulação e vigilância sanitária em técnico administrativo na Anvisa. A iniciativa é do presidente da República.



José Agripino, Augusto Botelho, Arthur Virgílio, Marisa Serrano e Aloizio Mercadante (ao microfone) em Plenário: votações exigiram negociações e acordos entre os partidos

**Construção popular terá assistência gratuita**

Foi aprovado ontem projeto de lei que assegura às famílias com renda mensal de até três salários mínimos assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social. O objetivo é efetivar o direito à moradia garantido pela Constituição. A matéria (PLC 13/08) vai agora à sanção.

A proposta, do deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA), determina que o acompanhamento e a execução da obra fique a cargo de profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia. Segundo o autor, praticamente todas as áreas urbanas convivem com "déficit habitacional e urbanização desordenada, realizada sem orientação técnica".

O direito deve ser efetivado especialmente com recursos de fundos federais destinados à habitação de interesse social. Serão beneficiadas famílias, cooperativas e associações de moradores.



VALADARES

**Apelo em defesa do piso para docente**

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu, da tribuna, a retirada da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) impetrada no Supremo Tribunal Federal (STF) por cinco governadores contrários à lei que fixou o piso salarial nacional de R\$ 950 para os professores da educação básica.

Segundo o senador, aquela lei é de fundamental importância para a melhoria do ensino no Brasil e para a valorização dos professores, que, durante muitos anos, reivindicaram um piso salarial. Ele disse que somente a melhoria na educação poderá tornar o país mais competitivo no mercado internacional.

Valadares também saudou a aprovação, pela Comissão de Justiça (CCJ), do projeto (PLC 177/08) que reorganiza a rede de escolas técnicas federais, reunindo-as em complexos educacionais.

**CARGOS NO TRT/RJ**

Projeto de lei da Câmara (PLC 162/08) que cria 431 cargos de técnico, 229 de analista judiciário e 345 funções comissionadas FC-5 no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região (Rio de Janeiro) foi acolhido ontem pelo Senado e seguirá para sanção. A matéria foi relatada na CCJ por Francisco Dornelles (PP-RJ).

**HOMENAGEM A ESCRITORES**

Os viadutos localizados no complexo do Anel Rodoviário de Belo Horizonte passarão a ter os nomes dos escritores mineiros Fernando Sabino (no sentido Vitória-São Paulo) e Otto Lara Resende (no sentido São Paulo-Vitória), segundo projeto (PLC 181/2008) aprovado pelo Plenário e que vai à sanção.

**EMPRÉSTIMO PARA O CEARÁ**

Projeto de resolução autorizando o Ceará a contratar com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) crédito no valor de R\$ 240 milhões recebeu aprovação do Senado. Os recursos vão financiar parcialmente o Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do estado.

**PROTEÇÃO AMBIENTAL**

A criação da Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no Ceará, foi aprovada ontem pelos senadores. O projeto (PLC 112/05), apresentado na Câmara pelo então deputado Inácio Arruda, hoje senador pelo PCdoB do Ceará, teve como relatora Marisa Serrano (PSDB-MS) e vai à sanção.

**REMUNERAÇÃO DO CNMP**

A remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público deverá corresponder a um subsídio mensal equivalente ao recebido pelo subprocurador-geral da República, conforme prevê projeto aprovado ontem pelo Plenário. A matéria (PLC 179/08) será enviada à sanção presidencial.

**SAÚDE DA FAMÍLIA**

Autorização para que o governo federal contrate empréstimo de US\$ 83,45 milhões com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento foi aprovada ontem pelo Senado, nos termos de projeto de resolução da CAE. O dinheiro se destina ao Programa Saúde da Família.

**TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL**

Foi acolhido ontem pelo Plenário projeto (PLC 3/07) do deputado Rubens Otoni (PT-GO) que regulamenta as profissões de técnico e de auxiliar em saúde bucal, ambas de nível médio. Conforme a proposição, essas atividades são exclusivas dos portadores de diplomas que atendam às normas do Conselho Federal de Educação.

**Importação de café prejudicará a produção brasileira**

Gerson Camata (PMDB-ES) criticou a intenção dos torrefadores nacionais de fazerem importações do Vietnã para a produção de café solúvel. Conforme o senador, a medida será danosa à cafeicultura brasileira, por introduzir no país um produto de "péssima qualidade", que depois será reexportado como se fosse brasileiro.

Camata explicou que os vietnamitas usam nas lavouras pesticidas proibidos no mundo inteiro. As substâncias, entretanto, não eliminam inteiramente um grupo de pragas que ataca o café. Ele prevê que a importação vai piorar a avaliação do café brasileiro e introduzir no país novas pragas.



GERSON CAMATA

**Reajuste a servidor da Paraíba teve apoio da oposição**

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu a gestão de Cássio Cunha Lima, que é do seu partido, no governo da Paraíba. O senador contestou comentários segundo os quais o governador "teria transformado o estado num caos" ao conceder reajustes, na semana passada, a funcionários públicos. Cunha Lima teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas permanecerá no cargo até a decisão final.

Virgílio observou que os planos de cargo, carreira e remuneração aprovados atendem às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e tiveram apoio da oposição.



ARTHUR VIRGÍLIO

**Aumento da violência assusta população baiana**

César Borges (PR-BA) registrou a preocupação da população baiana com o aumento da violência no estado. De acordo com o senador, foram cometidos 4.500 assassinatos na Bahia nos primeiros nove meses de 2008, contra 2.300 no mesmo período de 2007. Os dados, frisou, apontam mais de 500 homicídios por mês — um aumento de 35% na Região Metropolitana de Salvador e de 20% no interior.

O parlamentar disse que a violência vem atingindo toda a população do estado, principalmente pessoas entre 20 e 35 anos, a porção mais pobre ou de baixa renda, pessoas com baixa escolaridade e negros.



CÉSAR BORGES

**Recurso pede cassação do governador do Piauí**

Mão Santa (PMDB-PI) disse que os advogados do partido estão dando seguimento ao recurso especial em que pedem a cassação do governador do Piauí, Wellington Dias (PT), por abuso de poder econômico e político nas eleições de 2006, em que teve como adversário o próprio senador.

O parlamentar frisou que o caso é idêntico ao do governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, que, em 20 de novembro, teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que confirmou decisão do Tribunal Regional Eleitoral. Na noite do dia 27, o TSE decidiu pela permanência do governador no cargo até que sejam julgados os embargos.



MÃO SANTA

Sessão solene do Congresso, com presença de familiares de Chico Mendes, ministros e convidados, marca os 20 anos da morte de ambientalista



Fotos de J. Fleitb

À mesa, Ailton Krenak, Ângela Mendes, Osmar Serraglio, Tarso Genro, Tião Viana, Carlos Minc, Ilzamar Mendes e Raimundo Barros. Na segunda foto, Marina Silva (D), ao lado da atriz Lucélia Santos

## “Luta pela Amazônia não pode parar”

A filha de Chico Mendes, Ângela Maria Feitosa Mendes, afirmou, na sessão especial do Congresso, que seu pai veio ao mundo com a missão de salvar a Amazônia e de ser um anjo em defesa dos povos da floresta. Ela manifestou sua crença de que é possível continuar lutando pelos ideais de seu pai, frisando que, com o legado que Chico Mendes deixou – de certeza e convicção –, a luta pela Amazônia não pode parar.

Júlio Barbosa de Aquino, vice-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, destacou que Chico Mendes tinha sempre em mente a ideia da revolução, só que uma revolução que aconteceria a partir do convencimento das pessoas.

Segundo o representante do Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais para o Meio Ambiente, Demístocles Marcelus, a melhor forma de homenagear Chico Mendes é assegurar que seus ideais em defesa da vida permaneçam.

O fundador do Movimento Aliança dos Povos da Floresta, Ailton Krenak, lembrou ter encontrado Chico Mendes para formar uma aliança entre índios e seringueiros, e afirmou ter ficado com o compromisso de tocar essa luta.

A atriz Lucélia Santos disse ter certeza de que, se Chico Mendes não tivesse lutado pela preservação da Floresta Amazônica, a destruição da região ainda poderia ser pior.

## Ideal de Chico Mendes está vivo, afirmam senadores

PARA MARCAR OS 20 anos do assassinato do seringueiro, líder sindical e ambientalista Chico Mendes, ocorrido em 22 de dezembro de 1988, o Congresso Nacional realizou sessão solene com a presença dos ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Meio Ambiente, Carlos Minc, e do secretário especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. Na tribuna, eles chamaram a atenção para o fato de a violência continuar a ser usada ainda hoje contra os defensores da Floresta Amazônica.

Tarso Genro disse que no próximo dia 10, no Acre, a Comissão de Anistia fará o julgamento do pedido da família de Chico Mendes para considerá-lo como anistiado político. A Lei de Anistia envolve as perseguições políticas de 1946 a 1988.

A senadora Marina Silva (PT-AC), parceira de Chico Mendes nas lutas dos seringueiros dos anos 80, afirmou que aquele assassinato – visto, à época, como uma derrota desses trabalhadores – pode, hoje, representar uma vitória pela amplitude conquistada pelo movimento ambientalista do qual Chico Mendes era líder.

Entre os amigos do movimento dos seringueiros naquele período, Marina Silva citou o ministro Carlos Minc e a atriz Lucélia Santos e, na esfera internacional, o então senador norte-americano Al Gore, que, na data do crime, viajou ao Acre para prestar solidariedade à família e aos companheiros de Chico Mendes.

Marina afirmou que a reserva extrativista criada no governo do então presidente José Sarney foi a primeira vitória do movimento liderado por Chico Mendes.

– Em 2003, o Brasil tinha 5 milhões de hectares de reservas extrativistas e hoje, cinco anos depois, já tem 11 milhões de hectares dessas reservas. Esse é o legado de Chico Mendes.

O líder do PSB no Senado, Renato Casagrande (ES), ressaltou que Chico Mendes sacrificou a vida pela causa dos seringueiros, da floresta e de seu desenvolvimento sustentável. Casagrande observou que a foto de Chico Mendes exibida durante a sessão do Congresso mostrava uma alegria serena e um certo sarcasmo com os adversários.

– Era como se Chico Mendes estivesse dizendo: “Vocês pensaram que iriam destruir minha luta, mas o que fizeram comigo multiplicou a vontade de atuar de muitos ambientalistas no Brasil e no mundo”.

### Vigília

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs uma vigília do Congresso em defesa da preservação da Floresta Amazônica e da soberania brasileira sobre a região. Cristovam lembrou que, quando reitor da Universidade de Brasília (UnB), inspirado por Chico Mendes, que conheceu à época, convidou um seringueiro para passar seis meses na UnB, transmitindo seus conhecimentos e valores ambientalistas para alunos e professores.

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a truculência da qual Chico Mendes foi vítima continua em ação no Brasil de hoje. Segundo o senador, foi a mesma truculência que levou ao assassinato da irmã Dorothy Stang e de líderes sindicais rurais na Amazônia e em outras regiões do país.

– Chico Mendes e Marina Silva se tornaram pessoas conhecidas no movimento dos trabalhadores rurais e de posseiros da Amazônia, apoiados pela Igreja progressista e pelo nascente movimento ambientalista presente na Rio-92 – lembrou Suplicy.

A sessão contou com a presença de alunos de uma escola pública de Brasília. As crianças apresentaram trabalhos sobre a história do Brasil do ponto de vista dos povos indígenas e dos escravos africanos.

– Sonhamos com um Brasil com mais heróis e poucos mártires – ressaltou a professora Raquel, ao final da apresentação.

Participaram também do encontro a viúva de Chico Mendes, Ilzamar Mendes, e seus filhos. Estavam presentes, ainda, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), o fundador da Aliança pelos Povos da Floresta, Ailton Krenak, o ex-governador do Acre Jorge Viana, representantes do Comitê Chico Mendes e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outros.

A homenagem foi proposta pelos senadores Tião Viana (PT-AC), Marina Silva e Cristovam Buarque e apoiada por diversos parlamentares.

## Garibaldi aponta compromisso com “país dos sonhos”

Ao falar no encerramento da sessão do Congresso em homenagem a Chico Mendes, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que queria reiterar seu compromisso com os ideais e a luta do sindicalista morto há 20 anos. Ele agradeceu a presença, na solenidade, de companheiros de luta de Chico Mendes.

– Tudo o que se viu aqui foi, sem dúvida, uma demonstração de quanto Chico Mendes foi importante para o país que nós queremos e que ele queria que fosse construído, o país de seus sonhos, que é também o dos nossos: o país da liberdade, da democracia, sem discriminação, sem injustiças – afirmou Garibaldi.

José Nery (PSOL-PA) salientou que Chico Mendes doou a própria vida em razão de uma causa – a questão ambiental – que se transformou em pauta da atualidade, tal o grau de desastre e de crimes contra o meio ambiente. Essa situação, observou o senador, exige posição decisiva de combate a todas as formas de degradação.

Por sua vez, Serys Slhessarenko (PT-MT) disse ser necessário buscar no exemplo de Chico Mendes a tenacidade e a coragem para encontrar novas estratégias de desenvolvimento com sustentabilidade e com respeito aos direitos humanos. Lembrou que suas causas continuam unindo os povos da Amazônia e todos os brasileiros que se preocupam com o futuro da região.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio

Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • Alvaro Dias • Tião Viana • Epitácio Cafeteira • Marco Maciel • Augusto Botelho • Inácio Arruda

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de**

**Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:**

Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e

Moisés de Oliveira

**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade,

Juliana Steck e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Morais

**Tratamento de imagem:** Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Projeto acolhido pela Comissão de Justiça autoriza motorista a trafegar em estradas somente um ano depois de aprovado nos exames de habilitação



Simon é autor da proposta acolhida ontem pela CCJ

## Recuperação de bens terá mais um instrumento

Juízes, promotores e autoridades policiais poderão contar com instrumentos jurídicos mais eficazes para recuperar bens e valores provenientes de atividades ilícitas, incluindo aí o crime de lavagem de dinheiro. Foi o que decidiu ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao aprovar, em decisão terminativa, substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) a projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Pela proposta (PLS 323/07), a decretação do seqüestro de bens determinada pela autoridade, após confirmada a proveniência ilícita dos bens, também atingirá os recursos empregados na aquisição deles, mesmo sendo de procedência lícita. O seqüestro, no caso, também recairá sobre bens, direitos e valores transferidos a terceiros. O objetivo é flagrar infratores que misturam nos negócios recursos lícitos e ilícitos.

### Fiança

Nos casos de prisão em flagrante pela prática de crime contra a economia popular, o sistema financeiro, a administração pública, a ordem tributária ou a Previdência Social, será fixado, conforme o projeto, pagamento de fiança que pode variar de mil até 10 mil vezes o valor do salário mínimo de referência, a contar da data da prática do crime. A mesma fiança será cobrada em caso de crime de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos e valores.

Os senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Valter Pereira (PMDB-MS) e Demostenes Torres (DEM-GO) aplaudiram a aprovação do projeto. Todos afirmaram que a matéria dotará o Poder Judiciário, o Ministério Público e a polícia de meios ágeis para recuperar bens e valores adquiridos ilícitamente. A proposta altera artigos do Código de Processo Penal e da lei sobre crimes de lavagem e ocultação de bens.

# Recém-habilitado pode ser proibido de dirigir em rodovia

OS MOTORISTAS COM menos de um ano de habilitação poderão ficar proibidos de dirigir em rodovias e estradas. A proposta, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Ao explicar o projeto (PLS 110/03), Mercadante lembrou que os motoristas, pela legislação em vigor, só recebem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) após um ano de aprovação nos exames de habilitação, desde que não tenham cometido qualquer infração de natureza grave ou gravíssima no período ou que não sejam reincidentes em infração de grau médio.

– No curso do primeiro ano de ex-

periência, os condutores são autorizados a portar, tão-somente, uma permissão para dirigir. Desse modo, a proposição, ao exigir a Carteira Nacional de Habilitação para dirigir em rodovias e estradas, destina-se a proibir que os motoristas provisoriamente habilitados possam conduzir veículos nessas vias – justificou o autor da proposta.

O senador destacou que o Brasil é um dos recordistas mundiais em acidentes de jovens nas estradas. Portanto, disse, o projeto é mais uma medida para ajudar a reduzir as altas taxas de acidentes e mortes nas rodovias.

### Estatísticas

O relator da matéria, senador

Eduardo Suplicy (PT-SP), mostrou em seu parecer, favorável ao projeto, dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) que relacionam o número de acidentes em rodovias federais com o de motoristas “permissionados” – aqueles com menos de um ano de habilitação.

Suplicy salientou que, com essas estatísticas, observa-se claramente que a condição de permissionado está associada a um nível proporcionalmente muito maior de acidentes com vítimas em rodovias federais.

– Os dados estatísticos permitem atribuir aos portadores de “Permissão para Dirigir” uma responsabilidade maior pelos acidentes – afirmou Suplicy.



Epitácio Cafeteira (E), Valter Pereira e Marco Maciel, presidente da CCJ, acompanham a leitura de parecer por Jarbas Vasconcelos



Mercadante (E), autor da proposta, Antonio Carlos Júnior, Expedito Júnior, Demostenes, Raupp, Dornelles e Adelmir Santana durante o debate

## Acordo garante a aprovação em Plenário da Lei do Gás

Após meses de discussão e acordo entre os partidos, o Senado aprovou ontem o projeto de lei (PLC 90/07) que dispõe sobre o transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. É a chamada Lei do Gás.

A votação foi simbólica e a matéria voltará para a Câmara dos Deputados, pois dez emendas foram aprovadas, conforme parecer do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que também deu ontem o voto favorável ao projeto.

Aloizio Mercadante (PT-SP) e Marconi Perillo (PSDB-GO), relatores nas comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), respectivamente, foram pela aprovação da matéria. O acordo também envolveu o Ministério de Minas e Energia, a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e entidades do setor privado, entre outros.

Jarbas Vasconcelos disse ter acatado as sugestões porque o entendimento “resguarda a competência dos estados na distribuição do gás natural”.

Entre as inovações está a criação de três novos agentes: o consumidor livre, que tem a opção de adquirir o gás natural de qualquer agente; o auto-produtor, que utiliza a produção em suas instalações industriais; o auto-importador, que tem autorização para importar o produto a ser utilizado em suas instalações industriais”.

## Comissão aumenta o prazo para mandado de segurança

O mandado de segurança poderá ser impetrado em até 365 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. É o que prevê projeto de lei do senador Marco Maciel (DEM-PE) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O prazo hoje é de 120 dias, conforme o artigo 18 da Lei 1.533/51.

Mandado de segurança é uma ação civil constitucional conceituada como garantia fundamental para a proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, em que figure, como responsável pela ilegalidade ou abuso do poder, autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

O projeto original (PLS 368/07) previa a extinção de prazo para o mandado de segurança. No entanto, convencido por Demostenes Torres (DEM-GO) e Aloizio Mercadante (PT-SP), o relator alterou para um ano o prazo para que a medida seja impetrada. Maciel explicou que o prazo de 120 dias prejudica principalmente as pessoas menos informadas.

– Quando o cidadão comum mais simples vai exercer o seu direito, já se encontra preterido pelo vencimento de prazo.

A CCJ também concedeu vista de projeto de lei (PLS 576/07) que proíbe partidos políticos de divulgar, em seus programas gratuitos no rádio e na televisão, propaganda em benefício de filiados a outros partidos.

## Aprovadas mudanças no ensino técnico

O Plenário aprovou ontem o projeto de lei (PLC 177/08) que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. A proposta havia sido aprovada de manhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Segundo a relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), a proposta modifica a estrutura do ensino técnico profissionalizante, ao integrar escolas agrotécnicas federais, centros federais de educação tecnológica, colégios agrícolas e escolas técnicas vinculadas às universidades federais. O objetivo, ressaltou, é ampliar e padronizar os cursos oferecidos em cada uma das escolas, que passam a se chamar institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

– Estamos criando um tipo novo de escola, em que um mesmo estabelecimento, aproveitando a estrutura de laboratórios e o corpo docente e técnico, terá cursos de educação básica, formação profissional de nível médio e superior, bacharelado, mestrado, doutorado e cursos de licenciatura.

### Professores

As novas instituições poderão ministrar educação profissional técnica de nível médio, cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e formação pedagógica destinados à formação de professores para a educação básica.

O projeto cria 38 institutos federais de educação tecnológica em todo o país. Todos os estados serão contemplados com pelo menos uma unidade escolar. Entre os estados beneficiados com mais de uma instituição estão Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina.

Projeto aprovado em caráter terminativo pela CAS seguirá logo ao exame da Câmara caso não seja apresentado recurso para votação da proposta pelo Plenário do Senado

## Agente de saúde pode ter adicional de insalubridade

PROJETO DE LEI que caracteriza como insalubre a atividade dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO), o projeto (PLS 477/07) foi relatado pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Conforme a CLT, são consideradas insalubres as atividades que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, expõem os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Ao agradecer aos colegas a aprovação da matéria, Expedito Júnior lembrou que é preciso assegurar outros direitos aos agentes de saúde, como a definição de um piso nacional e a criação de uma carreira nacional e profissional.

A presidente da CAS, senadora Patrícia Saboya (PDT-CE),

destacou a importância da iniciativa, que, assinalou, faz justiça a um "segmento da sociedade formado por verdadeiros anjos da guarda".

### Prêmio

Patrícia Saboya disse que acompanha o trabalho dos agentes há mais de 20 anos e que esses profissionais conseguiram, entre outras coisas, reduzir a mortalidade infantil no Ceará, o que garantiu ao estado, inclusive, um prêmio internacional.

Por sua vez, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que é médica, informou que pagava adicional de insalubridade aos agentes de saúde quando era prefeita de Mossoró (RN). Lembrou que esses agentes são responsáveis pela preservação da saúde da população.

Demostenes Torres (DEM-GO),



Expedito Júnior defende piso salarial para a categoria

Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Romeu Tuma (PTB-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Marisa Serrano (PSDB-MS) e outros senadores do colegiado ressaltaram igualmente a importância da medida aprovada.

Como foi acolhida em caráter terminativo pela CAS, a proposição seguirá imediatamente ao exame da Câmara dos Deputados se não for apresentado recurso para votação pelo Plenário do Senado.

## Mozarildo defende CPI sobre supostos desvios na Funasa

A criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de desvios de recursos em convênios assinados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foi defendida ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O caso já está sendo examinado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria Geral da União (CGU).

– Roubar, seja o que for e onde for, não tem justificativa. Mas roubar da saúde é um crime hediondo: é roubar do doente, é privá-lo do medicamento, da assistência médica e do dever que o Estado tem de promover a saúde – frisou o parlamentar.

## Ada Mello elogia trabalho de casa de recuperação

O primeiro aniversário de atuação da Fazenda da Esperança Santa Terezinha, entidade assistencial voltada para a recuperação de jovens dependentes químicos, foi comemorado pela senadora Ada Mello (PTB-AL). Localizada em Marechal Deodoro (AL), a instituição é comandada pelo arcebispo de Maceió, dom Antônio Muniz Fernandes, informou.

– A tarefa precípua é resgatar os recuperandos à sua condição humana, de maneira a permitir que eles redescubram sua auto-estima, sua dignidade e o respeito à vida – disse Ada Mello, acrescentando que 32 pessoas estão em processo terapêutico na entidade.

## Regulamentação da publicidade de bebidas

A possibilidade de regulamentação da publicidade de bebidas alcoólicas no país dividiu a opinião dos participantes de audiência pública sobre o assunto, promovida ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, vinculada à CAS.

Opinaram pela regulamentação representantes do meio acadêmico e do governo, enquanto representantes da indústria e do setor de publicidade destacaram a liberdade de expressão. O as-

sumo ainda será intensamente debatido, como reconheceu o senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que comandou a reunião e preside a subcomissão que patrocinou a audiência junto com a CCT. Mesmo assim, os senadores presentes manifestaram simpatia em relação à regulamentação.

– Sou a favor de uma regulamentação bem rígida da publicidade de bebidas. Se a publicidade não influísse nas vendas, a indústria não gastaria milhões com ela – afirmou Papaléo.

O senador Flávio Arns (PT-PR) disse ser “francamente favo-

rável à regulamentação”. Ele considerou subestimados dados do governo, segundo os quais R\$ 37 milhões foram gastos com tratamento de dependentes de álcool entre 2002 e 2006. Marcelo Crivella (PRB-RJ) também afirmou ser “fundamental” a regulamentação, observando que o consumo de álcool estaria ligado à prática de diversos crimes em cidades como o Rio de Janeiro. Augusto Botelho (PT-RR) ressaltou ter um “compromisso de zelar pela saúde da população” e Romeu Tuma (PTB-SP) defendeu a ampliação do debate.

## Debate: paraatletas lamentam preconceito e inacessibilidade

Os paraatletas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) apontaram a falta de acessibilidade às pessoas com deficiência e o preconceito que elas sofrem como problemas que ainda precisam ser enfrentados. O nadador Clodoaldo Francisco da Silva, reconhecido como o principal atleta paraolímpico brasileiro, ressaltou que a pessoa com deficiência não necessita de piedade, mas de oportunidade.

Na opinião de Clodoaldo, os portadores de deficiência conseguem ser tão produtivos como qualquer outra pessoa quando têm oportunidades, o que pode ser observado nos desempenhos dos campeões brasileiros de paraesportes. Apesar de reconhecer que houve avanço significativo em favor dessas modalidades, como a Bolsa-Atleta (Lei 10.891/04), o nadador afirmou que a má gestão dos recursos do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) impede que haja mais benefícios aos paraatletas.

– O Comitê Paraolímpico Brasileiro é um caso de polícia – afirmou Clodoaldo, ao informar que em 2007 o comitê gastou quase R\$ 500 mil com advogados, recursos que, em sua opinião, poderiam ter sido

investidos no paraesporte.

### Patrocínio

O corredor mais rápido do mundo no paraatletismo, Lucas Prado, que bateu seu próprio recorde nas Paraolimpíadas de Pequim ao percorrer os 100 metros rasos da categoria T11 em 11 segundos e três centésimos, destacou que a grande dificuldade que os paraatletas ainda enfrentam é a falta de patrocínios, seguida do preconceito. Ele sugeriu aprimoramento da legislação para que também os guias de pessoas com deficiência visual e treinadores sejam beneficiados.

A atleta Shirlene Santos Coelho também apontou a falta de patrocínio e de reconhecimento como impedimento ao crescimento do paraesporte. O nadador paraolímpico Daniel de Faria Dias apelou aos senadores para que incluam o paraesporte e os atletas em suas preocupações. Já o atleta paraolímpico de hipismo Marcos Fernandes Alves denunciou a falta de acessibilidade na Praça dos Três Poderes.

A audiência pública foi proposta por Flávio Arns (PT-PR) e faz parte da programação da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.



Cristovam (E) preside audiência com paraatletas na Comissão de Educação

## Treinador e guia de atleta poderão ser beneficiados

Durante a audiência pública que discutiu ontem o tema do paraesporte na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou que o ministro do Esporte, Orlando Silva, comprometeu-se a editar uma norma interna que torne obrigatória a inclusão da acessibilidade em todos os projetos a serem implantados por essa pasta. O senador também sugeriu a realização de uma campanha entre os três Poderes para tornar Brasília a “capital da acessibilidade”.

O senador Flávio Arns (PT-PR), por sua vez, recomendou que a comissão encaminhe proposição com a finalidade de aprimorar a Lei 10.891/04, que instituiu a Bolsa-Atleta, para incluir o treinador e o guia de atleta cego entre os beneficiários. O parlamentar disse ainda que o Senado deve concluir as obras que facilitam o acesso às pessoas com deficiência, e, assim, servir como exemplo a outros setores.

O presidente da Comissão de Educação, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ressaltou que o analfabetismo também é um tipo de deficiência e exige cuidados especiais. No entanto, observou ele, diferentemente de outras formas de deficiência, o analfabetismo poderia ser eliminado em quatro anos se houvesse determinação nesse sentido.

Como as cidades foram construídas sem a preocupação com a inclusão das pessoas com deficiência, observou a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), é necessário haver melhorias onde for possível. Ela sugeriu que projetos de reformas em praças e edifícios públicos a serem executados por prefeituras já incluam rampas e outros itens que ofereçam acessibilidade às pessoas.

Mais tarde, em Plenário, Rosalba Ciarlini registrou os “resultados altamente produtivos” da audiência pública realizada pela manhã na Comissão de Educação.



Presidida por Papaléo (3ª à direita), audiência pública teve a participação de representantes do governo e da indústria